

Ano zero da educação

Arnaldo Niskier

Os alunos não estudaram; os professores não deram aulas; os funcionários não trabalharam. Foi esse o panorama dominante nas escolas brasileiras, caracterizando 1987 como o pior ano da história da nossa educação. O *show* de corporativismo atingiu limites inimagináveis e o grevismo suplantou a lógica dos movimentos reivindicatórios. Antes do diálogo, a greve. Em consequência, enrijeceram-se as posições e os ganhos foram praticamente nulos, na sucessão interminável de cerca de 2 mil greves no ano de 1987.

Quais as perspectivas para 1988? Há um clima de desconfiança entre os personagens da relação ensino-aprendizagem. Os alunos passaram de ano, foi por decreto, mas não podem estar satisfeitos com o fato de não terem apreendido nada. Os professores, por seu turno, continuam na expectativa de melhor remuneração e se solidarizam com os funcionários técnico-administrativos, que também esperam por dias mais risonhos. Assim se estabelece o que o professor Luiz Pinguelli Rosa, diretor da Coppe, chama de "um processo de democratização mal-interpretado, pois a democratização não pode ser entendida como o império da mediocridade".

Deixa-se eleição para tudo e até a secretária administrativa de um reitor (Universidade de São Carlos, SP) é escolhida por sufrágio universal e secreto. Chegamos ao ridículo que faz a alegria dos *xixitas*, elementos descompromissados dos padrões de excelência com os quais sempre sonhou a escola brasileira. Quer-se uma elite intelectual — e não econômica — mas quem garante que a bagunça generalizada não acabe privilegiando os que têm o bolso mais recheado? É isso que passa despercebido, por ora, nas discussões em torno do futuro da nossa pedagogia.

A noção de respeito aos mestres ou aos mais velhos apresenta-se, nesse quadro, inteiramente distorcida. Somos do tempo em que os alunos se levantavam quando o professor entrava em aula. Sinal de respeito. Hoje, as posições estão invertidas e cultua-se o eleitor, em qualquer circunstância, como se ele fosse um deus. A que resultados conduzirá esse tipo de comportamento?

Na semana passada, o secretário de Estado de Educação de São Paulo, Chopin Tavares de Lima, foi vaiado durante 15 minutos num encontro de professores na região de Araçatuba. Quando alegou a sua condição de ex-cassado, a vaia aumentou de intensidade, como se com isso o secretário de Educação

tivesse ofendido a assembléia. Criticou os diretores de escolas pela má administração das verbas e retrou-se do recinto, sem conseguir discursar, pois as ofensas suplantaram as suas razões. Estranha forma de debater os problemas da educação. A vaia substitui o argumento.

O governo de Alagoas patrocinou seminário intitulado "É hora de soluções". Fiquei com a parte de educação. Discorri sobre o assunto, em Maceió, na sede do Tribunal de Contas. Em todos os momentos, por estranho que pareça, não se fez menção à política partidária ou à "ideologização do ensino". O modismo parece circunscrito às grandes metrópoles, onde estouram greves sem fim.

Depois de examinar 20 mil questionários antecipadamente distribuídos, os organizadores do seminário listaram 214 assuntos de interesse do povo alagoano. Em nenhum deles houve referência à partidização. O que importa são questões eminentemente pragmáticas, senão vejamos: 1. ampliação da rede escolar pública da capital; 2. aperfeiçoamento dos profissionais; 3. salário justo para os profissionais da educação; 4. garantir a distribuição da merenda escolar; 5. erradicação do analfabetismo; 6. fiscalização das escolas públicas pela Secretaria de Educação; 7. punição aos professores que não comparecerem às salas de aulas; 8. ensino obrigatório gratuito em todos os níveis; 9. ampliação da rede escolar pública do interior; 10. reformulação do conteúdo programático das escolas etc.

Como se pode verificar, o povo tem menos interesse nas questões políticas e prioriza o que lhe afeta de modo mais direto. E tanto isso é certo que, na relação dos setores prioritários, coloca em primeiro lugar a segurança pública (15,67%), seguindo-se educação (13,97%), saúde (13,73%), transporte (12,32%) e meio ambiente (11,94%).

Nota-se um ostensivo cansaço das questões políticas, trocadas pela busca de soluções objetivas e diretas. Em Alagoas, origem do questionário, a população se ressent de um elevadíssimo índice de analfabetismo (mais de 65% dos maiores de 15 anos de idade) e não se compraz com a existência de uma taxa alarmante de professores leigos (algo em torno de 68% dos que se encontram em efetivo exercício). Se são essas as razões de quantidade para perder o sono, fica por demais evidente a precariedade da qualidade do ensino. Será que tudo isso se resolve com o grevismo desenfreado, ou com mais verbas e melhor administração?

Arnaldo Niskier é professor titular da UERJ e membro do Conselho Federal de Educação.